

Ajuste garante economia recorde para o governo

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O setor público brasileiro obteve um superávit primário (economia para pagar juros da dívida) de R\$ 6,857 bilhões nas contas do mês passado, o melhor resultado na história para os meses de novembro. O acumulado nos 11 primeiros meses do ano também foi recorde para o período, atingindo R\$ 84,829 bilhões, o equivalente a 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse saldo é R\$ 5,629 bilhões superior a meta de superávit acertada para este ano, que é de R\$ 79 bilhões (4,5% do PIB).

Como ocorre todo ano, o resultado fiscal de dezembro será negativo por causa do aumento das despesas com o 13º salário e férias do funcionalismo, mas não o suficiente para estragar os planos do governo de cumprir integralmente a meta. "Em dezembro, a situação não está apertada, mas está justa. Mesmo assim, não há risco de descumprimento da meta", disse ontem o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central (BC), Altamir Lopes.

No mês passado, todas as esferas de governo produziram saldos positivos nas contas. "Foi um resultado bastante bom, levando em consideração que o Legislativo e o Judiciário já pagaram o 13º salário dos funcionários em novembro, despesa que consumiu R\$ 1 bilhão", disse Lopes. A União

Breno Fortes/CB/25.6.03



ALTAMIR LOPES: TENDÊNCIA DE ENDIVIDAMENTO MENOR EM RELAÇÃO AO PIB

teve um superávit de R\$ 2,477 bilhões; os estados, de R\$ 1,211 bilhão; os municípios, de R\$ 223 milhões; e o conjunto das estatais, de R\$ 2,947 bilhões.

Dívida menor

Os expressivos resultados fiscais não param por aí. A dívida líquida do setor público caiu R\$ 4,35 bilhões de outubro para novembro, quando fechou em R\$ 941,054 bilhões. A dívida caiu de 51,9% do PIB para 51,1%, menor valor proporcional ao PIB desde junho de 2001. Com o saldo negativo esperado em dezembro, a dívida deve subir um pouco para 52% do PIB. Mas Lopes comemorou o fato de que a rela-

ção dívida/PIB vai cair, neste ano, pela primeira vez desde 1994 — em 2003, ela fechou em 57,2%.

"A tendência continua sendo de redução no endividamento como proporção do PIB, ainda que possa haver algum crescimento pontual num mês ou outro", disse. Segundo o chefe do Depec, o indicador é importante para mostrar a capacidade de o setor público brasileiro honrar seus compromissos internos e externos. Quanto menor o índice, maior a credibilidade do país e mais fácil será captar novos investimentos no mercado externo.

O governo e instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) dão mais im-

portância ao resultado primário das contas públicas porque ele mostra o esforço fiscal para cortar gastos e aumentar a arrecadação. Mas o desempenho final das contas brasileiras é um déficit nominal (resultado negativo das contas depois de incluídos os juros pagos sobre a dívida). O pagamento de juros em novembro foi de R\$ 10,317 bilhões, o que levou o déficit nominal a R\$ 3,5 bilhões.

O saldo negativo acumulado até novembro foi de R\$ 31,859 bilhões, menos da metade do registrado em igual período de 2003. O déficit é equivalente a 1,99% do PIB, também o menor resultado da história para o acumulado nos primeiros 11 meses do ano. Até agora, governo central, estados, municípios e estatais já gastaram R\$ 116,687 bilhões no pagamento de juros sobre a dívida neste ano. De acordo com as previsões de Altamir Lopes, o déficit nominal deverá fechar o ano em 2,9% do PIB, que também será o menor da história fiscal brasileira.

Lopes acredita que o esforço fiscal previsto para o ano que vem, de 4,25% do PIB, é suficiente para manter a trajetória de redução do endividamento brasileiro. Por enquanto, o governo tem evitado falar em aumento da meta para 4,5% em 2005 como fez este ano — o governo aumentou a meta em R\$ 7,5 bilhões neste ano em virtude dos bons resultados na arrecadação de impostos e do crescimento da economia.